STJ00095757

SUMÁRIO

Nota do autor, li

Nota à 26ª Edição, liii

Abreviaturas e siglas, lv

1 Direito Administrativo e Administração Pública, 1

I Introdução, 1

1 O Estado, 1

2 Poderes e Funções, 2

3 Função Administrativa, 4

4 Federação, 5

4.1 Características, 6

4.2 Autonomia: Capacidade de Autoadministração, 6

5 Direito Administrativo, 7

5.1 Breve Introdução, 7

5.2 Conceito, 8

5.3 Relações com Outros Ramos Jurídicos, 9

II Administração Pública: Sentidos, 11

1 Sentido Objetivo, 11

2 Sentido Subjetivo, 11

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

III Órgãos Públicos, 12
1 Introdução, 12
2 A Relação Órgão/Pessoa, 13
2.1 Característica Básica, 13
2.2 Criação e Extinção, 13
3 Teorias de Caracterização do Órgão, 15
4 Conceito, 15
5 Capacidade Processual, 15
6 Classificação, 17
6.1 Quanto à pessoa federativa, 17
6.2 Quanto à situação estrutural, 17
6.3 Quanto à composição, 17
IV Agentes Públicos, 18
V Princípios Administrativos, 18
1 Princípios Expressos, 19
1.1 Princípio da Legalidade, 19
1.2 Princípio da Impessoalidade, 20
1.3 Princípio da Moralidade, 21
1.4 Princípio da Publicidade, 25
1.5 Princípio da Eficiência, 30
2 Princípios Reconhecidos, 33
2.1 Princípio da Supremacia do Interesse Público, 33
2.2 Princípio da Autotutela, 34
2.3 Princípio da Indisponibilidade, 35
2.4 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, 36
2.5 Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança), 37
2.6 Princípio da Precaução, 39
3 O Princípio da Razoabilidade, 40
4 O Princípio da Proporcionalidade, 42
VI Súmulas, 43
Súmulas Vinculantes, 43

2 Poderes e Deveres dos Administradores Públicos, 45
I Introdução, 45
II Uso e Abuso de Poder, 46
1 Uso do Poder, 46
2 Poder-Dever de Agir, 46
3 Abuso do Poder, 48
3.1 Sentido, 48
3.2 Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder, 48
3.3 Efeitos, 49
3.4 Abuso de Poder e Ilegalidade, 50

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

III Poderes Administrativos, 51
1 Conceito, 51
2 Modalidades, 51
2.1 Poder Discricionário, 51
SENTIDO, 51
LIMITAÇÕES AO PODER DISCRICIONÁRIO, 52
DISCRICIONARIEDADE E ARBITRARIEDADE, 53
ATIVIDADES VINCULADAS, 53
CONTROLE JUDICIAL, 53
DISCRICIONARIEDADE E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS, 55
2.2 Poder Regulamentar, 57
SENTIDO, 57
NATUREZA DO PODER REGULAMENTAR, 57
FORMALIZAÇÃO, 58
REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA, 59
LEI E PODER REGULAMENTAR, 60
CONTROLE DOS ATOS DE REGULAMENTAÇÃO, 61
LEI PENDENTE DE REGULAMENTO, 62
REGULAMENTOS AUTÔNOMOS, 63
2.3 Poder de Polícia, 65
IV Deveres dos Administradores Públicos, 65
1 Dever de Probidade, 65
2 Dever de Prestar Contas, 67
3 Dever de Eficiência, 68
V Hierarquia e Disciplina, 69
1 Hierarquia, 69
1.1 Efeitos, 69
1.2 Subordinação e Vinculação, 70
1.3 Hierarquia e Funções Estatais, 71
2 Disciplina Funcional, 72
2.1 Sentido, 72
2.2 Direito Penal e Direito Punitivo Funcional, 72
ILICITUDE PENAL E ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL, 72
A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, 73
2.3 Procedimento de Apuração, 74

3 Poder de Polícia, 75
I Introdução, 75
II Sentido Amplo e Estrito, 76

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

III Conceito, 77
IV Poder de Polícia no Direito Positivo, 77
V Competência, 78
VI Poder de Polícia Originário e Delegado, 80
VII Polícia Administrativa e Polícia Judiciária, 82
VIII Fundamentos, 83
IX Finalidade, 84
X Âmbito de Incidência, 84
XI Atuação da Administração, 85
1 Atos Normativos e Concretos, 85
2 Determinações e Consentimentos Estatais, 85
3 Atos de Fiscalização, 86
XII Limites, 87
XIII Características, 87
1 Discricionariedade e Vinculação, 87
2 Autoexecutoriedade, 88
3 Coercibilidade, 91
XIV Legitimidade da Polícia Administrativa, 91
1 Requisitos Gerais de Validade, 91
2 Princípio da Proporcionalidade, 92
XV Sanções de Polícia, 93
XVI Súmulas, 96

4 Ato Administrativo, 97
I Introdução, 97
1 Fatos Administrativos, 97
2 Atos da Administração, 98
3 Atos Jurídicos e Atos Administrativos, 99
II Conceito, 100
1 Sujeitos da Manifestação de Vontade, 101
2 Regime Jurídico de Direito Público, 102
3 Silêncio Administrativo, 103
III Elementos, 106
1 Competência, 106
1.1 Sentido, 106
1.2 Fonte, 107
1.3 Características, 108
1.4 Critérios Definidores da Competência, 108
1.5 Delegação e Avocação, 109
2 Objeto, 110
2.1 Sentido, 110

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.2 Requisitos de Validade, 110
2.3 Discricionariedade e Vinculação, 111
3 Forma, 111
3.1 Sentido, 111
3.2 Requisito de Validade, 112
3.3 Princípio da Solenidade, 112
4 Motivo, 113
4.1 Sentido, 113
4.2 Discricionariedade e Vinculação, 114
4.3 Motivo e Motivação, 114
4.4 Teoria dos Motivos Determinantes, 118
4.5 Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato, 119
5 Finalidade, 120
5.1 Sentido, 120
5.2 Finalidade e Objeto, 121
IV Características, 121
1 Imperatividade, 122
2 Presunção de Legitimidade, 122
3 Autoexecutoriedade, 123
V Mérito Administrativo, 125
1 Sentido, 125
2 Vinculação e Discricionariedade, 125
3 Controle do Mérito, 126
VI Formação e Efeitos, 127
1 Perfeição, 127
2 Eficácia, 128
3 Exequibilidade, 128
4 Validade, 129
VII Classificação, 130
1 Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais, 130
2 Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão, 130
3 Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários, 131
4 Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos, 131
5 Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos, 133
6 Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis, 133
7 Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios, 134
VIII Espécies, 134
1 Espécies Quanto à Forma de Exteriorização, 135
1.1 Decretos e Regulamentos, 135

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.2 Resoluções, Deliberações e Regimentos, 137
1.3 Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos, 138
1.4 Alvarás, 138
1.5 Ofícios, 138
1.6 Pareceres, 139
1.7 Certidões, Atestados e Declarações, 141
1.8 Despachos, 142
2 Espécies Quanto ao Conteúdo, 142
2.1 Licença, 142
2.2 Permissão, 144
2.3 Autorização, 146
2.4 Admissão, 148
2.5 Aprovação, Homologação e Visto, 148
2.6 Atos Sancionatórios, 149
2.7 Atos Funcionais, 151
IX Procedimento Administrativo, 152
X Extinção dos Atos Administrativos, 153
1 Extinção Natural, 153
2 Extinção Subjetiva, 153
3 Extinção Objetiva, 153
4 Caducidade, 154
5 Desfazimento Volitivo, 154
XI Invalidação (ou Anulação), 155
1 Teoria das Nulidades, 155
1.1 Introdução, 155
1.2 As Nulidades no Direito Privado, 155
1.3 A Controvérsia Doutrinária, 156
1.4 A Terminologia Adotada, 156
2 Conceito e Pressuposto, 157
3 Quem Pode Invalidar, 158
4 Dever de Invalidar, 159
5 Autotutela e Contraditório, 161
6 Efeitos, 163
7 Convalidação, 165
XII Revogação, 167
1 Conceito, 167
2 Pressuposto, 168
3 Fundamento, 169
4 Origem, 169
5 Efeitos, 169

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6 Inocorrência, 170
7 Revogação da Revogação, 171
XIII Súmulas, 172

5 Contratos Administrativos, 173
I Introdução, 173
II Contratos da Administração, 173
1 Contratos Privados da Administração, 174
2 Contratos Administrativos, 174
III Conceito, 175
IV Disciplina Normativa, 175
1 Disciplina Constitucional, 175
2 Disciplina Legal, 176
V Sujeitos do Contrato, 177
1 Cenário Geral, 177
2 Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 178
VI Características, 180
1 A Relação Contratual, 180
2 A Posição Preponderante da Administração, 180
3 O Sujeito Administrativo e o Objeto, 181
VII Espécies, 182
1 Contratos de Obras, 182
1.1 Sentido, 182
1.2 Condições Específicas de Contratação, 182
1.3 Regimes de Execução, 183
2 Contratos de Serviços, 184
2.1 Serviços de Publicidade, 186
3 Contratos de Fornecimento (ou Compras), 187
4 Contratos de Concessão e de Permissão, 188
5 Alienações e Locações, 190
6 Outras Espécies, 192
VIII Cláusulas de Privilégio, 193
1 Sentido, 193
2 Alteração Unilateral, 194
3 Rescisão Unilateral, 196
3.1 Motivos, 196
3.2 Efeitos, 197
3.3 A Exceção de Contrato Não Cumprido, 197
4 Sanções Extracontratuais, 199
IX Equação Econômico-Financeira, 199
1 Sentido, 199

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2 Efeitos, 200
3 Reajuste e Revisão, 200
X Formalização, 202
1 Instrumento, 202
2 Solenidades, 202
3 Cláusulas Essenciais, 203
4 Garantias, 203
XI Duração do Contrato, 204
XII Prorrogação do Contrato, 206
XIII Renovação do Contrato, 207
XIV Inexecução do Contrato, 207
1 Introdução, 207
2 Inexecução Culposa, 208
3 Inexecução Sem Culpa, 212
3.1 Teoria da Imprevisão, 212
3.2 O Fato do Príncipe, 213
3.3 Caso Fortuito e Força Maior, 214
XV Extinção do Contrato, 215
1 Cumprimento do Objeto, 215
2 Término do Prazo, 215
3 Impossibilidade Material ou Jurídica, 215
4 Invalidação, 216
5 Rescisão, 218
5.1 Rescisão Amigável, 218
5.2 Rescisão Judicial, 218
5.3 Rescisão Administrativa, 219
5.4 Rescisão por Arbitragem, 220
XVI Sanções Administrativas, 221
XVII Crimes e Penas, 223
XVIII Convênios Administrativos, 224
XIX Consórcios Públicos, 228

6 Licitação, 235
I Introdução, 235
II Conceito, 236
III Natureza Jurídica, 236
IV Disciplina Normativa, 237
1 Disciplina Constitucional, 237
2 Disciplina Legal, 238
V Destinatários, 239
VI Fundamentos, 241

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1 Moralidade Administrativa, 241
2 Igualdade de Oportunidades, 242
VII Objeto, 242
VIII Princípios, 243
1 Princípios Básicos, 243
1.1 Princípio da Legalidade, 243
1.2 Princípios da Moralidade e da Impessoalidade, 244
1.3 Princípio da Igualdade, 244
1.4 Princípio da Publicidade, 245
1.5 Princípio da Probidade Administrativa, 245
1.6 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, 246
1.7 Princípio do Julgamento Objetivo, 246
2 Princípios Correlatos, 247
IX Dispensa de Licitação, 250
1 Introdução, 250
2 Critério de Valor, 251
3 Situações Excepcionais, 252
4 Gêneros Perecíveis e Obras de Arte, 254
5 Desinteresse na Contratação, 254
6 Entidades Sem Fins Lucrativos, 255
7 Disparidade de Propostas, 257
8 Intervenção no Domínio Econômico, 258
9 Complementação do Objeto, 258
10 Pessoas Administrativas, 258
11 Locação e Compra de Imóvel, 260
12 Negócios Internacionais, 261
13 Pesquisa Científica e Tecnológica, 261
14 Energia Elétrica, 262
15 Transferência de Tecnologia, 263
16 Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação, 264
17 Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas, 265
18 Peças no Período de Garantia Técnica, 266
19 Materiais de Uso Militar, 267
20 Catadores de Materiais Recicláveis, 268
21 Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 268
X Inexigibilidade de Licitação, 269
1 Fornecedor Exclusivo, 270
2 Atividades Artísticas, 271
3 Serviços Técnicos Especializados, 271
XI Modalidades, 273
1 Concorrência, 273

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.1 Sentido, 273
1.2 Tipos, 274
1.3 Características, 274
2 Tomada de Preços, 275
2.1 Sentido, 275
2.2 Registros Cadastrais, 275
2.3 Características, 276
3 Convite, 277
4 Concurso, 278
5 Leilão, 279
XII Procedimento, 280
1 Formalização, 280
2 Edital, 281
3 Habilitação, 283
4 Procedimento Seletivo, 289
4.1 Normas Gerais, 289
4.2 Julgamento da Habilitação, 289
4.3 Julgamento das Propostas, 290
4.4 Fatores e Critérios de Julgamento, 290
4.5 Tipos de Licitação, 291
4.6 Classificação, 292
5 Resultados e Efeitos, 293
6 Homologação e Adjudicação, 294
7 Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), 296
XIII Anulação, 298
XIV Revogação, 299
XV Recursos Administrativos, 301
XVI Crimes e Penas, 302
XVII O Pregão: Nova Modalidade, 304
1 Introdução, 304
2 Âmbito de Incidência, 304
3 Complementaridade da Disciplina, 305
4 Facultatividade na Adoção, 305
5 Característica Básica e Modalidades, 306
6 Objeto da Contratação, 307
7 Fase Interna, 309
8 Fase Externa, 309
9 Convocação, 310
10 Sessão, 311
11 Julgamento das Propostas, 312

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

12 Análise da Habilitação, 314
13 Classificação Final e Recursos, 315
14 Adjudicação e Homologação, 315
15 Vedações, 316
16 Sanções, 316
17 Desfazimento, 317
18 Formalização e Controle, 317
XVIII Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 317
XIX Serviços de Publicidade, 320

7 Serviços Públicos, 323
I Introdução, 323
II Conceito, 324
III Características, 325
1 Sujeito Estatal, 325
2 Interesse Coletivo, 326
3 Regime de Direito Público, 326
IV Classificação, 327
1 Serviços Delegáveis e Indelegáveis, 327
2 Serviços Administrativos e de Utilidade Pública, 328
3 Serviços Coletivos e Singulares, 328
4 Serviços Sociais e Econômicos, 329
V Titularidade, 330
1 Competência, 330
2 Regulamentação, 333
3 Controle, 334
VI Princípios, 334
1 Princípio da Generalidade, 334
2 Princípio da Continuidade, 335
3 Princípio da Eficiência, 339
4 Princípio da Modicidade, 340
VII Remuneração, 340
VIII Usuários, 344
1 Direitos, 344
2 Deveres, 346
IX Execução do Serviço, 346
1 Execução Direta, 347
2 Execução Indireta, 347
2.1 Noção, 347
2.2 Descentralização, 348
2.2.1 Delegação Legal, 349
2.2.2 Delegação Negocial: Particulares em Colaboração, 350

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3 Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos, 351
3.1 Desestatização e Privatização, 351
3.2 Gestão Associada, 355
3.3 Regimes de Parceria, 357
3.3.1 Regime de Convênios Administrativos, 358
3.3.2 Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais), 358
3.3.3 Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), 361
X Súmulas, 365

8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos, 367
I Introdução, 367
II Fontes Normativas, 369
1 Fonte Constitucional, 369
2 Fonte Infraconstitucional, 369
III Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum), 370
1 Modalidades, 370
2 Concessão de Serviço Público Simples, 370
2.1 Conceito, 370
2.2 Objeto, 371
3 Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública, 372
3.1 Nomenclatura, 372
3.2 Conceito, 373
3.3 Objeto, 373
4 Natureza Jurídica, 374
4.1 O Caráter Contratual, 374
4.2 Concessão e Permissão, 376
5 A Relação Contratual, 377
6 A Supremacia do Concedente, 377
7 A Natureza do Concessionário e do Concedente, 378
8 Concessão a Empresas Estatais, 378
9 Exigência de Licitação, 380
9.1 O Caráter de Obrigatoriedade, 380
9.2 Modalidade Licitatória, 381
9.3 O Edital, 381
9.4 Critérios de Julgamento, 382
9.5 Fatores de Desclassificação, 383
9.6 Participação de Empresas Estatais, 383
10 Mutabilidade, 384
11 Política Tarifária, 385
12 Análise do Pacto de Concessão, 390

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

12.1 Autorização Legal, 390
12.2 Cláusulas Essenciais, 391
12.3 A Responsabilidade do Concessionário, 393
12.4 Transferência de Encargos, 395
12.5 Alteração do Concessionário, 395
12.6 Cessão de Créditos Operacionais, 396
13 Encargos do Concedente, 397
13.1 Fiscalização, 397
13.2 Intervenção na Propriedade Privada, 398
13.3 Outros Encargos Pertinentes, 399
14 Encargos do Concessionário, 399
14.1 O Serviço Adequado, 399
14.2 Transparência na Execução, 400
14.3 As Contratações do Concessionário, 401
15 Direitos e Obrigações dos Usuários, 401
16 Prazo da Concessão, 404
17 Intervenção na Concessão, 404
17.1 Sentido, 404
17.2 Procedimento, 405
18 Extinção, 406
18.1 Termo Final do Prazo, 406
18.2 Anulação, 407
18.3 Rescisão, 407
18.4 Caducidade, 408
18.5 Encampação, 410
18.6 Falência e Extinção da Concessionária, 411
19 Reversão, 411
20 Concessões Anteriores, 413
21 Controle dos Serviços Concedidos, 415
22 Concessão Florestal, 416
IV Permissão de Serviços Públicos, 418
1 Conceito e Objeto, 418
2 Natureza Jurídica, 418
3 Diferença entre Concessão e Permissão, 419
4 A Permissão Condicionada, 421
5 Referências Constitucionais, 422
6 Responsabilidade Civil, 422
7 Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões, 422
8 Extinção, 423
8.1 Termo Final do Prazo, 423

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.2 Anulação, 424
8.3 Encampação, 424
8.4 Caducidade, 425
8.5 Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão), 425
V Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas), 426
1 Introdução, 426
2 Conceito e Natureza Jurídica, 428
3 Modalidades e Incidência Normativa, 429
4 Objeto, 430
5 Características e Diretrizes, 432
6 Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações, 434
7 Contraprestação e Garantias, 436
8 Sociedade de Propósito Específico, 440
9 Licitações, 441
9.1 Introdução, 441
9.2 Modalidade e Condições, 442
9.3 Edital, 443
9.4 Procedimento, 445
VI Autorização, 446
VII Súmulas, 450

9 Administração Direta e Indireta, 451
I Noções Introdutórias, 451
1 Federação e Autonomia, 451
2 Poderes e Funções. A Função Administrativa, 452
3 Administração Pública, 453
4 Organização Administrativa: Centralização e Descentralização, 453
5 Princípios Regedores da Administração Pública, 454
II Administração Direta, 455
1 Conceito, 455
2 Natureza da Função, 455
3 Abrangência, 456
4 Composição, 456
5 Contratos de Gestão, 457
III Administração Indireta, 459
1 Conceito, 459
2 Natureza da Função, 459
3 Abrangência, 460
4 Composição, 460
5 Administração Fundacional, 462
6 Entidades Paraestatais, 462

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7 Princípios da Administração Indireta, 464
7.1 Princípio da Reserva Legal, 464
7.2 Princípio da Especialidade, 465
7.3 Princípio do Controle, 466
8 Categorias Jurídicas, 467
IV Autarquias, 468
1 Introdução, 468
1.1 Terminologia, 468
1.2 Autarquia e Autonomia, 468
1.3 Autarquias Institucionais e Territoriais, 469
2 Conceito, 469
3 Referências Normativas, 470
4 Personalidade Jurídica, 470
5 Criação, Organização e Extinção, 472
6 Objeto, 472
7 Classificação, 473
7.1 Quanto ao Nível Federativo, 473
7.2 Quanto ao Objeto, 474
7.3 Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial), 478
8 Patrimônio, 483
9 Pessoal, 483
10 Controle Judicial, 484
11 Foro dos Litígios Judiciais, 485
12 Atos e Contratos, 486
13 Responsabilidade Civil, 487
14 Prerrogativas Autárquicas, 487
15 Agências Autárquicas Reguladoras e Executivas, 489
15.1 Agências Reguladoras, 490
15.2 Agências Executivas, 492
16 Associações Públicas, 494
V Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, 495
1 Introdução, 495
2 Conceito, 496
3 Referências Normativas, 497
4 Personalidade Jurídica, 497
5 Criação e Extinção, 498
5.1 Subsidiárias, 498
6 Objeto, 500
7 Regime Jurídico, 502
7.1 Regime Tributário, 505

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8 Diferenças entre as Entidades, 507
8.1 A Constituição do Capital, 508
8.2 A Forma Jurídica, 509
8.3 O Foro Processual para Entidades Federais, 510
9 Patrimônio, 510
10 Pessoal, 512
11 Atos e Contratos, 514
12 Falência e Execução, 515
13 Responsabilidade Civil, 519
VI Fundações Públicas, 520
1 Introdução, 520
2 A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações, 520
2.1 Conceito no Decreto-lei nº 200/1967, 524
2.2 O Tratamento da Matéria, 525
3 Característica Fundamental, 525
4 Objeto, 526
5 Criação e Extinção, 527
6 Regime Jurídico, 528
6.1 Prerrogativas, 528
6.2 Privilégios Tributários, 529
7 Patrimônio, 529
8 Pessoal, 529
9 Controle, 530
9.1 Controle Institucional, 530
9.2 Controle do Ministério Público, 531
9.3 Controle Judicial, 532
10 Foro dos Litígios, 532
11 Atos e Contratos, 532
12 Responsabilidade Civil, 533
VII Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado, 533
1 Introdução, 533
2 Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos), 534
2.1 Sentido, 534
2.2 Natureza Jurídica, 534
2.3 Criação, 535
2.4 Objeto, 535
2.5 Recursos Financeiros, 536
2.6 Ausência de Fins Lucrativos, 537
2.7 Controle, 537
2.8 Outros Aspectos do Regime Jurídico, 538

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.9 Privilégios Tributários, 542
3 Organizações Colaboradoras (ou Parceiras), 543
VIII Anteprojeto de Normas Gerais da Administração Pública, 543
IX Súmulas, 544

10 Responsabilidade Civil do Estado, 547
I Introdução, 547
1 Responsabilidade. Noção Jurídica, 547
1.1 Tipos de Responsabilidade, 548
2 Responsabilidade Civil, 548
3 O Dano e a Indenização, 549
4 Os Sujeitos do Cenário, 550
II Evolução, 550
1 A Irresponsabilidade do Estado, 550
2 Teoria da Responsabilidade com Culpa, 551
3 Teoria da Culpa Administrativa, 551
4 Teoria da Responsabilidade Objetiva, 552
5 Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo, 552
III Direito Brasileiro, 553
1 O Código Civil, 553
2 Constituição Federal, 554
3 Análise dos Elementos Constitucionais, 556
3.1 Pessoas Responsáveis, 556
3.2 Agentes do Estado, 558
3.3 A Duplicidade de Relações Jurídicas, 559
IV Aplicação da Responsabilidade Objetiva, 560
1 Pressupostos, 560
2 Ônus da Prova: Inversão, 562
3 Participação do Lesado, 562
4 Fatos Imprevisíveis, 563
5 Atos de Multidões, 565
6 Danos de Obra Pública, 566
7 Condutas Omissivas, 567
8 Responsabilidade Primária e Subsidiária, 570
V Atos Legislativos, 571
1 Regra Geral, 571
2 Leis Inconstitucionais, 572
3 Leis de Efeitos Concretos, 573
4 Omissão Legislativa, 574

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

VI Atos Judiciais, 575
1 Atos Administrativos e Jurisdicionais, 575
2 Condutas Dolosas, 576
3 Condutas Culposas, 576
VII Reparação do Dano, 578
1 A Indenização, 578
2 Meios de Reparação do Dano, 578
3 Prescrição, 579
4 Sujeito Passivo da Lide, 580
5 Denunciação à Lide, 582
VIII O Direito de Regresso, 584
1 Sentido, 584
2 Meios de Solução, 584
3 Causa de Pedir, 585
4 Interesse de Agir, 585
5 Prescrição, 586
IX Súmulas, 587

11 Servidores Públicos, 589
I Agentes Públicos, 589
1 Sentido, 589
2 Classificação, 590
2.1 Agentes Políticos, 590
2.2 Agentes Particulares Colaboradores, 591
2.3 Servidores Públicos, 592
3 Agentes de Fato, 593
II Servidores Públicos, 594
1 Sentido, 594
2 Características, 595
3 Classificação, 596
3.1 Servidores Públicos Civis e Militares, 596
3.2 Servidores Públicos Comuns e Especiais, 597
3.3 Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários, 597
III Regimes Jurídicos Funcionais, 598
1 Regime Estatutário, 599
2 Regime Trabalhista, 601
2.1 Regime de Emprego Público, 602
3 Regime Especial, 604
4 Regime Jurídico Único, 608
IV Organização Funcional, 610
1 Quadro Funcional, 610
2 Cargos, Empregos e Funções Públicas, 611

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3 Classificação dos Cargos, 612
4 Criação, Transformação e Extinção de Cargos, 615
5 Provimento, 618
5.1 Tipos de Provimento, 619
5.2 Formas de Provimento, 619
6 Investidura: Nomeação, Posse e Exercício, 621
7 Reingresso, 621
8 Vacância, 624
9 Direito Adquirido dos Servidores, 625
10 Cessão de Servidores, 627
V Regime Constitucional, 628
1 Concurso Público, 628
1.1 Sentido, 628
1.2 Fundamento, 630
1.3 Alcance da Exigência, 630
1.4 Inexigibilidade, 633
1.5 Concurso Interno, 635
1.6 Inscrição e Aprovação, 636
1.7 Validade, 640
1.8 Precedência na Convocação, 641
1.9 Sanção, 642
1.10 Resultado do Concurso, 642
1.11 Invalidação do Concurso, 645
2 Acessibilidade, 647
2.1 Sentido, 647
2.2 Incidência, 648
2.3 Requisitos de Acesso, 649
2.4 Sexo e Idade, 657
2.5 Exame Psicotécnico, 659
2.6 Acesso Profissional ao Idoso, 662
3 Acumulação de Cargos e Funções, 662
3.1 Regra Geral, 662
3.2 Situações de Permissividade, 664
3.3 Efeitos, 667
3.4 Ingresso em Nova Carreira, 667
3.5 Convalidação Constitucional, 669
4 Estabilidade, 670
4.1 Noção do Instituto, 670
4.2 Estabilização Constitucional, 672
4.3 Estágio Probatório, 673
4.4 Estabilidade e Efetividade, 675

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.5 Demissão e Exoneração, 676
4.6 Exoneração Conversível em Demissão, 680
4.7 Servidores Trabalhistas, 681
4.8 Vitaliciedade, 684
5 Regime Previdenciário: Aposentadorias e Pensões, 685
5.1 Previdência do Servidor Público, 685
SENTIDO, 685
REGIMES DE PREVIDÊNCIA, 685
CONTRIBUTIVIDADE E SOLIDARIEDADE, 688
CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS, 691
FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS, 694
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, 695
5.2 Aposentadoria, 698
CONCEITO, 698
REGIME JURÍDICO, 701
MODALIDADES, 702
APOSENTADORIA DOS PROFESSORES, 706
REQUISITOS E CRITÉRIOS DIFERENCIADOS (APOSENTADORIA ESPECIAL), 707
PROVENTOS, 708
CUMULAÇÃO DE PROVENTOS, 711
REVISÃO DE PROVENTOS, 714
CONTAGEM DE TEMPO, 715
DIREITO ADQUIRIDO, 717
SITUAÇÕES CONSUMADAS, 719
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS, 722
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 20/1998, 723
SITUAÇÕES TRANSITÓRIAS EM FACE DA EC Nº 41/2003, 725
RENÚNCIA À APOSENTADORIA, 726
CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA, 728
APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 729
5.3 Pensões, 730
SENTIDO, 730
DISCIPLINA JURÍDICA, 731
6 Disponibilidade, 733
6.1 Sentido, 733
6.2 Pressupostos, 733
6.3 Incidência, 735
6.4 Efeitos, 735
6.5 A Questão dos Proventos, 736

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7 Mandato Eletivo, 738
8 Sistema Constitucional de Remuneração, 739
8.1 Remuneração, 739
REMUNERAÇÃO BÁSICA, 740
VANTAGENS PECUNIÁRIAS, 742
8.2 Revisão Remuneratória, 746
8.3 Irredutibilidade, 749
8.4 Isonomia, 751
8.5 Vinculação e Teto, 752
8.6 Pagamento com Atraso, 758
8.7 Pagamento a maior, 759
9 Associação Sindical e Direito de Greve, 760
9.1 Associação Sindical, 760
9.2 Greve, 762
10 Direitos Sociais dos Servidores, 766
VI Responsabilidade dos Servidores Públicos, 768
1 Responsabilidade Civil, 769
2 Responsabilidade Penal, 770
3 Responsabilidade Administrativa, 771
4 Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa, 772
4.1 Repercussão na Esfera Civil, 772
4.2 Repercussão na Esfera Administrativa, 773
4.3 Crimes Funcionais, 773
4.4 Condenação, 773
4.5 Absolvição, 774
4.6 Crimes Não Funcionais, 775
4.7 Condenação, 775
4.8 Absolvição, 776
4.9 Absolvição na Esfera Administrativa, 776
VII Súmulas, 776

12 Intervenção do Estado na Propriedade, 779
I Introdução, 779
1 Breve Histórico, 779
2 Propriedade, 7780
II Intervenção do Estado, 781
1 Sentido, 781
2 Quadro Normativo Constitucional, 782
III Competência, 782
IV Fundamentos, 783
1 Supremacia do Interesse Público, 783
2 Função Social da Propriedade, 784

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

V Modalidades, 785
VI Servidão Administrativa, 786
1 Sentido e Natureza Jurídica, 786
2 Fundamentos, 787
3 Objeto, 788
4 Formas de Instituição, 789
5 Extinção, 791
6 Indenização, 791
7 Características, 793
VII Requisição, 793
1 Sentido, 793
2 Fundamentos, 794
3 Objeto e Indenização, 795
4 Instituição e Extinção, 795
5 Características, 796
VIII Ocupação Temporária, 797
1 Sentido e Objeto, 797
2 Fundamentos, 798
3 Modalidades e Indenização, 798
4 Instituição e Extinção, 799
5 Características, 800
IX Limitações Administrativas, 800
1 Sentido, 800
2 Natureza Jurídica, 802
3 Fundamentos, 803
4 Indenização, 803
5 Características, 804
X Tombamento, 804
1 Sentido, 804
2 Fonte Normativa, 805
3 Fundamento, 806
4 Objeto, 807
5 Natureza Jurídica, 808
6 Espécies, 809
7 Instituição, 810
7.1 Desfazimento, 812
8 Processo Administrativo, 813
9 Efeitos, 814
10 Controle, 816
11 Outros Instrumentos Protetivos, 817
XI Súmulas, 818

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

13 Desapropriação, 819
I Introdução, 819
II Conceito, 820
III Natureza Jurídica, 821
IV Pressupostos, 821
V Fontes Normativas e Espécies, 822
VI Objeto, 825
1 Regra Geral, 825
2 Bens Públicos, 826
3 Bens de Entidades da Administração Indireta, 827
4 Margens dos Rios Navegáveis, 829
VII Forma de Aquisição, 829
VIII Competências, 830
1 Competência Legislativa, 830
2 Competência Declaratória, 831
3 Competência Executória, 832
IX Destinação dos Bens Desapropriados, 833
1 Regra Geral, 833
2 Casos Especiais, 834
2.1 Desapropriação por Zona, 834
2.2 Desapropriação Urbanística, 835
2.3 Desapropriação por Interesse Social, 836
2.4 Desapropriação-Confisco, 836
X Fase Declaratória, 836
1 Declaração Expropriatória, 837
2 Conteúdo, 837
3 Formalização, 838
4 Natureza Jurídica, 839
4.1 Controle Judicial, 840
5 Efeitos, 840
6 Caducidade, 841
XI Fase Executória, 842
1 Via Administrativa, 843
2 Via Judicial, 844
XII Ação de Desapropriação, 845
1 Partes, 845
2 A Pretensão, 846
3 A Contestação, 846
4 Imissão Provisória na Posse, 848
4.1 Permissão Legal, 848
4.2 Pressupostos, 849

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.3 Urgência, 849
4.4 Depósito Prévio, 850
4.5 Levantamento Parcial do Depósito, 851
5 Prova Pericial, 851
6 Intervenção do Ministério Público, 852
7 Sentença, 853
8 Transferência da Propriedade, 854
XIII Indenização, 855
1 Regra Geral, 855
2 Situações Especiais, 858
3 Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície, 858
4 Juros Moratórios e Compensatórios, 860
4.1 Juros Moratórios, 860
4.2 Juros Compensatórios, 863
4.3 Cumulatividade, 865
5 Atualização Monetária, 866
6 Honorários, 867
7 Direitos de Terceiros, 869
XIV Desistência da Desapropriação, 870
XV Desapropriação Indireta, 871
1 Sentido, 871
2 Fundamento, 872
3 Proteção Possessória, 873
4 Ação do Expropriado, 874
4.1 Caracterização, 874
4.2 Natureza e Legitimidade para a Ação, 875
4.3 Foro da Ação, 876
4.4 Prescrição da Ação (Pretensão), 877
4.5 Acréscimos Indenizatórios, 879
4.6 Despesas Processuais, 882
5 Apossamento Administrativo, 883
XVI Direito de Extensão, 884
1 Sentido, 884
2 Fundamento, 884
3 Outros Aspectos, 886
3.1 Admissibilidade, 886
3.2 Oportunidade do Exercício do Direito, 886
XVII Retrocessão, 887
1 Noção Jurídica, 887
2 Natureza do Direito, 888

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3 Aspectos Especiais, 890
3.1 Tredestinação, 890
3.2 Demora na Utilização do Bem, 892
3.3 Prescrição, 892
3.4 Alienação por Acordo, 893
XVIII Desapropriação Rural, 893
1 Introdução, 893
2 Aspectos Especiais, 894
2.1 Competência, 894
2.2 Função Social Rural, 894
2.3 Indenização, 895
2.4 Inaplicabilidade da Desapropriação, 896
3 Procedimento Expropriatório, 896
3.1 Procedimento Administrativo, 897
3.2 Procedimento Judicial, 899
FASES POSTULATÓRIA E INSTRUTÓRIA, 899
FASES DECISÓRIA E RECURSAL, 900
XIX Desapropriação Confiscatória, 902
XX Desapropriação Urbanística Sancionatória, 904
XXI Súmulas, 906

14 Atuação do Estado no Domínio Econômico, 909
I Introdução, 909
1 O Liberalismo Econômico, 909
2 Modelo Interventivo, 910
3 Constitucionalização Normativa, 911
4 Quadro Normativo, 912
II Ordem Econômica, 912
1 Fundamentos, 912
1.1 Valorização do Trabalho Humano, 913
1.2 Liberdade de Iniciativa, 913
2 Princípios, 914
III Formas de Atuação do Estado, 915
IV Estado Regulador, 915
1 Sentido, 915
2 Natureza da Atuação, 916
3 Competências, 917
4 Repressão ao Abuso do Poder Econômico, 918
4.1 Sentido, 918
4.2 Formas de Abuso, 919

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.3 Trustes, Cartéis e *Dumping*, 920
4.4 Normas e Meios Repressivos, 920
5 Controle do Abastecimento, 923
6 Tabelamento de Preços, 924
7 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 925
V Estado Executor, 928
1 Formas, 928
2 Exploração Direta, 929
2.1 Regra Geral, 929
2.2 Pressupostos, 930
3 Exploração Indireta, 931
3.1 Sentido, 931
3.2 As Empresas do Estado, 932
3.3 Regime Jurídico, 933
3.4 Privilégios Fiscais, 934
VI Monopólio Estatal, 935
1 Sentido, 935
2 Natureza Jurídica, 936
3 Monopólio e Privilégio, 936
4 Atividades Monopolizadas, 936
VII Súmulas, 938

15 Controle da Administração Pública, 939
I Introdução, 939
1 Controle Político e Controle Administrativo, 939
2 Fundamentos, 940
II Controle, 941
1 Sentido, 941
2 Objetivo, 942
3 Natureza Jurídica, 942
4 Classificação, 943
4.1 Quanto à Natureza do Controlador, 943
4.2 Quanto à Extensão do Controle, 943
4.3 Quanto à Natureza do Controle, 944
4.4 Quanto ao Âmbito da Administração, 945
4.5 Quanto à Oportunidade, 946
4.6 Quanto à Iniciativa, 946
III Controle Administrativo, 947
1 Sentido, 947
2 Objetivos, 947
3 Meios de Controle, 948

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3.1 Controle Ministerial, 948
3.2 Hierarquia Orgânica, 948
3.3 Direito de Petição, 949
3.4 Revisão Recursal, 950
3.5 Controle Social, 950
3.6 Outros Instrumentos Legais, 951
4 Recursos Administrativos, 952
4.1 Sentido, 952
4.2 Fundamentos e Objetivo, 953
4.3 Natureza Jurídica, 954
4.4 Formalização, 954
4.5 Classificação, 955
4.6 Espécies, 957
NOMENCLATURA USUAL, 957
REPRESENTAÇÃO, 957
RECLAMAÇÃO, 958
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, 959
REVISÃO, 959
4.7 Efeitos, 960
4.8 Exigência de Garantia, 961
4.9 *Reformatio in Pejus*, 963
4.10 Exaustão da Via Administrativa, 964
5 Coisa Julgada Administrativa, 966
6 Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa), 967
PRAZOS EXTINTIVOS PARA OS ADMINISTRADOS, 968
PRAZOS EXTINTIVOS PARA A ADMINISTRAÇÃO, 969
7 Processo Administrativo, 970
7.1 Introdução, 970
PROCESSO E PROCEDIMENTO, 970
SISTEMATIZAÇÃO, 972
7.2 Sentido, 973
7.3 Classificação, 973
PROCESSOS NÃO LITIGIOSOS, 974
PROCESSOS LITIGIOSOS, 974
7.4 Objeto, 975
GENÉRICO, 975
OBJETOS ESPECÍFICOS, 975
7.5 Princípios, 977
DEVIDO PROCESSO LEGAL, 977
OFICIALIDADE, 977

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, 978
PUBLICIDADE, 979
INFORMALISMO PROCEDIMENTAL, 980
VERDADE MATERIAL, 981
7.6 Processo Administrativo na Administração Federal, 982
DISCIPLINA, 982
PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS, 983
ASPECTOS ESPECIAIS, 983
7.7 Processo Administrativo-Disciplinar, 987
SENTIDO E FUNDAMENTO, 987
BASE NORMATIVA, 987
OBJETO, 988
SINDICÂNCIA, 989
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, 990
PROCESSO DISCIPLINAR PRINCIPAL, 991
PROCEDIMENTO, 992
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, 998
MEIOS SUMÁRIOS, 998
8 Arbitragem, 990
IV Controle Legislativo, 1001
1 Sentido e Fundamento, 1001
2 Espécies de Controle, 1001
2.1 Controle Político, 1002
2.2 Controle Financeiro, 1003
SENTIDO, 1003
ABRANGÊNCIA, 1003
FORMAS DE CONTROLE, 1004
ÁREAS FISCALIZADAS, 1005
NATUREZA DO CONTROLE, 1005
3 Tribunal de Contas, 1006
V Controle Judicial, 1011
1 Sentido, 1011
SÚMULAS VINCULANTES, 1012
2 Sistemas de Controle, 1014
2.1 Sistema do Contencioso Administrativo, 1015
2.2 Sistema da Unidade de Jurisdição, 1016
3 Natureza, 1016
4 Oportunidade, 1017
5 Atos sob Controle Especial, 1018
5.1 Atos Políticos, 1018
5.2 Atos Legislativos Típicos, 1019

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5.3 Atos *Interna Corporis*, 1020
6 Instrumentos de Controle, 1022
6.1 Meios Inespecíficos, 1022
6.2 Meios Específicos, 1022
7 Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública, 1023
7.1 Sentido, 1023
7.2 Fonte Normativa, 1023
7.3 Direitos Pessoais e Reais, 1024
7.4 Interrupção e Suspensão, 1026
7.5 Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações, 1027
7.6 Prescrição Intercorrente, 1029
7.7 Apreciação no Processo, 1029
8 Mandado de Segurança, 1030
8.1 Conceito, 1030
8.2 Espécies e Fontes Normativas, 1031
8.3 A Tutela, 1031
8.4 Impetrante, 1032
8.5 Impetrado, 1033
8.6 Formas de Tutela, 1035
8.7 Descabimento, 1035
8.8 Medida Liminar, 1038
8.9 Competência, 1039
8.10 Prazo, 1041
8.11 Sentença e Coisa Julgada, 1041
8.12 Mandado de Segurança Coletivo, 1042
IMPETRANTES, 1043
TUTELA, 1043
LIMINAR, 1043
SENTENÇA E COISA JULGADA, 1044
LITISPENDÊNCIA, 1044
8.13 Aspectos Especiais, 1045
ATOS OMISSIVOS, 1045
NOTIFICAÇÃO E CIÊNCIA, 1046
MINISTÉRIO PÚBLICO, 1046
PRIORIDADE, 1047
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, 1047
9 *Habeas Corpus*, 1048
9.1 Conceito e Fontes Normativas, 1048
9.2 Pressupostos Constitucionais, 1048
9.3 Espécies, 1049

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9.4 Constrangimento Ilegal, 1049
9.5 Competência, 1050
10 Ação Popular, 1051
10.1 Conceito e Fontes Normativas, 1051
10.2 Bens Tutelados, 1051
10.3 Competência, 1051
10.4 Legitimação Ativa e Passiva, 1052
10.5 Objeto da Ação, 1053
10.6 Liminar, 1054
10.7 Sentença e Coisa Julgada, 1054
11 Mandado de Injunção, 1056
11.1 Conceito e Fonte Normativa, 1056
11.2 Pressupostos, 1056
11.3 Bens Tutelados, 1057
11.4 Competência, 1057
11.5 Legitimação Ativa e Passiva, 1058
11.6 Liminar, 1059
11.7 Decisão, 1059
12 *Habeas Data*, 1061
12.1 Conceito e Fonte Normativa, 1061
12.2 Bem Tutelado, 1061
12.3 Partes, 1062
12.4 Competência, 1062
12.5 Interesse de Agir, 1063
12.6 Pedido, 1064
12.7 Procedimento, 1064
12.8 Decisão e Recursos, 1065
13 Ação Civil Pública, 1066
13.1 Conceito e Fontes Normativas, 1066
13.2 Bens Tutelados, 1067
13.3 Espécies de Tutela, 1069
13.4 Partes, 1069
13.5 Sentença e Coisa Julgada, 1071
14 Ação de Improbidade Administrativa, 1072
14.1 Conceito e Fontes Normativas, 1072
14.2 A Questão da Competência, 1074
14.3 Sujeito Passivo, 1075
14.4 Sujeito Ativo, 1077
AGENTES PÚBLICOS, 1077
AGENTES POLÍTICOS, 1080
TERCEIROS, 1081

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

14.5 Tipologia de improbidade, 1082
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, 1083
DANOS AO ERÁRIO, 1084
VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS, 1086
ORDEM URBANÍSTICA, 1087
14.6 Sanções, 1088
BASE LEGAL E MODALIDADES, 1088
NATUREZA JURÍDICA, 1089
CONSTITUCIONALIDADE DA RELAÇÃO DE SANÇÕES, 1089
APLICABILIDADE, 1089
PARTICULARIDADE DAS SANÇÕES, 1093
14.7 Procedimentos administrativo e judicial, 1099
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, 1099
PROCEDIMENTO JUDICIAL, 1101
14.8 Prescrição, 1105
VI O Poder Público em Juízo, 1108
1 Capacidade Processual, 1108
2 Pessoas Federais, 1109
3 Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital, 1111
4 Pessoas Municipais, 1112
5 Representação Judicial, 1113
6 Particularidades Processuais, 1114
7 Despesas Judiciais, 1122
8 Pagamento dos Créditos de Terceiros, 1124
VII Súmulas, 1131

16 Bens Públicos, 1137
I Introdução, 1137
1 Domínio Público, 1137
2 Domínio Eminente, 1138
II Conceito, 1139
III Bens das Pessoas Administrativas Privadas, 1140
IV Classificação, 1142
1 Quanto à Titularidade, 1142
1.1 Bens Federais, 1142
1.2 Bens Estaduais e Distritais, 1144
1.3 Bens Municipais, 1144
2 Quanto à Destinação, 1144
2.1 Bens de Uso Comum do Povo, 1145
2.2 Bens de Uso Especial, 1145
2.3 Bens Dominicais, 1146

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

3 Quanto à Disponibilidade, 1148
3.1 Bens Indisponíveis, 1148
3.2 Bens Patrimoniais Indisponíveis, 1148
3.3 Bens Patrimoniais Disponíveis, 1149
V Afetação e Desafetação, 1149
VI Regime Jurídico, 1151
1 Alienabilidade Condicionada, 1151
2 Impenhorabilidade, 1152
3 Imprescritibilidade, 1153
4 Não Onerabilidade, 1154
VII Aquisição, 1155
1 Introdução, 1155
2 Classificação, 1156
3 Formas de Aquisição, 1156
3.1 Contratos, 1156
3.2 Usucapião, 1158
3.3 Desapropriação, 1158
3.4 Acessão, 1158
3.5 Aquisição *Causa Mortis*, 1159
3.6 Arrematação, 1160
3.7 Adjudicação, 1160
3.8 Resgate na Enfiteuse, 1161
3.9 Aquisição *Ex Vi Legis*, 1161
VIII Gestão dos Bens Públicos, 1163
1 Sentido, 1163
2 Uso dos Bens Públicos, 1163
3 Formas de Uso, 1164
3.1 Uso Comum, 1164
3.2 Uso Especial, 1165
3.3 Uso Compartilhado, 1166
3.4 Cemitérios Públicos, 1169
4 Uso Privativo, 1171
4.1 Autorização de Uso, 1172
4.2 Permissão de Uso, 1175
4.3 Concessão de Uso, 1176
4.4 Concessão de Direito Real de Uso, 1179
4.5 Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, 1181
4.6 Cessão de Uso, 1186
4.7 Formas de Direito Privado, 1187
ENFITEUSE, 1188
DIREITO DE SUPERFÍCIE, 1189

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

LOCAÇÃO, 1191
COMODATO, 1192
IX Alienação, 1193
1 Considerações Gerais, 1193
2 Competência Normativa e Reguladora, 1193
3 Instrumentos Comuns, 1195
3.1 Venda, 1195
3.2 Doação, 1197
3.3 Permuta, 1198
3.4 Dação em pagamento, 1199
4 Instrumentos Específicos, 1200
4.1 Concessão de Domínio, 1200
4.2 Investidura, 1201
4.3 Incorporação, 1202
4.4 Retrocessão, 1202
4.5 Legitimação de Posse, 1203
X Espécies de Bens Públicos, 1204
1 Terras Devolutas, 1204
2 Terrenos de Marinha, 1207
3 Terrenos Acrescidos, 1209
4 Terrenos Reservados, 1210
5 Terras Ocupadas pelos Índios, 1211
6 Plataforma Continental, 1211
7 Ilhas, 1212
8 Faixa de Fronteiras, 1215
9 Subsolo e Riquezas Minerais, 1216
XI Águas Públicas, 1217
MAR TERRITORIAL, 1219
XII Súmulas, 1220

Referências bibliográficas, 1221

Índice remissivo, 1245

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br